

Análise de discurso com Peirce: interpretar, raciocinar e o discurso como argumento

Winfried Nöth

Doutor; Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil
wnoth@pucsp.br

Resumo

O artigo apresenta Peirce como leitor e crítico da literatura universal, esboça elementos e princípios da análise de discurso no quadro do trívio semiótico peirciano da gramática especulativa, lógica crítica e retórica especulativa e tem um foco na análise de discurso como interpretação, raciocínio e o texto como argumento.

Palavras-chave

Análise de discurso. Peirce. Gramática especulativa. Lógica crítica. Retórica especulativa. Interpretação.

1 Peirce como leitor e crítico da literatura universal

A obra de Charles S. Peirce (1839-1914) é rica em referências a cenas e diálogos autênticos e fictícios entre personagens desde a antiguidade. Nos escritos do autor encontram-se referências às biografias de figuras da história universal como Alexandre, o Grande, Napoleão, Farragut (Almirante da Guerra Civil estadunidense), Toussaint (o líder da revolução haitiana) ou Theodore Roosevelt (o 26º presidente dos EUA) (PEIRCE, 1931-58, 8.178, 2.265, 5.285). Os ensaios filosóficos de Peirce estão repletos de anedotas e diálogos, reais ou não, como no caso da conversa entre o próprio Peirce e um general imaginário no início dos seus *Prolegômenos a uma apologia do pragmatismo*, no qual o filósofo ensina ao seu interlocutor militar a utilidade de mapas (PEIRCE, 1906).

Peirce foi um leitor ávido de textos literários de todos os gêneros, como poesia, drama, contos, romances, biografias e historiografias. Em um manuscrito de uma carta para Lady Welby de 1906, ele descreve a si próprio como um leitor altamente treinado sem elo-

cução exagerada [“a highly trained reader without elocutionist”] (PEIRCE, 2010, p. 454). Os escritos de Peirce contêm referências a obras literárias da antiguidade – Sófocles, Luciano, Horácio e Persius (NÖTH; LINDE, 2014) –, da literatura medieval – Dante, Chaucer, Marco Polo e Froissart –, dos clássicos e de poetas e romancistas de seu século e país, como Edgar Allan Poe, Mark Twain e Ralph Waldo Emerson (NÖTH, 2014a).

Shakespeare foi o ponto de referência literária predileto de Peirce, mas *As Mil e Uma Noites*, Cervantes, Milton, Rabelais, Swift, Goldsmith, Molière, Voltaire, Sir Walter Scott, Carlyle, Charles Dickens, Edward Gibbon, Balzac e Émile Zola não faltam. Evidência da familiaridade de Peirce com a história literária mundial é o fato do filósofo ousar pronunciar um julgamento global sobre o valor da obra literária de todos os escritores da literatura mundial. Esse veredito se encontra nas suas diversas listas das “Grandes personagens da história”, que ele escreveu entre 1884 e 1892. A lista mais recente, publicada no vol. 8 dos seus *Writings*, contém os nomes de 44 escritores literários subdivididos nas categorias poesia, drama, romance, ensaio, humor e tragédia.

Neste contexto, também é interessante observar que, no seu manuscrito 475 de 1884, Peirce classificou os “poetas, escritores, romancistas e dramaturgos” como *homens de sentimento*, contrastando eles com os *homens de ação* e os *homens de pensamento* (PEIRCE, 1993, p. 35-38), uma tripartição evidentemente inspirada pelo sistema das suas três categorias cenopitagóricas.

Sem jamais considerar-se um literato, Peirce também foi autor de poesia e prosa literária (BRENT, 1993, p. 330). Sob o pseudônimo Karolos Kalerges, ele escreveu, em 1892, a obra de ficção semi-autobiográfica *Tessália bordada [Encontrado entre os papeis de um advogado recentemente falecido]*, publicado no volume 8 dos seus escritos (PEIRCE, 2010).

Porém, o texto de Peirce, que sem dúvida, atraiu maior atenção no âmbito da ciência literária foi o um artigo, escrito em 1907 e publicado pela primeira vez em 1929, com o título “Guessing” (‘Adivinhar’), que trata de um episódio autobiográfico, seguido por reflexões sobre o método investigativos do detetive. Umberto Eco e Thomas A. Sebeok tornaram este ensaio famoso com seu livro *O signo de três: Dupin, Holmes, Peirce*, de 1983, no qual apresentam a lógica abductiva de Peirce como instrumento da análise de romances policiais (ECO; SEBEOK, 1983).

Apesar de ser leitor de obras tanto literárias como filosóficas e das ciências naturais, Peirce não considerava o gênero de ficção fundamentalmente distinto do gênero da escritura científica. Pelo contrário, enfatizava o que as duas maneiras de escrever têm em comum.

A obra de arte do poeta ou romancista não é tão absolutamente distinta da obra do cientista. O artista introduz uma ficção. Porém, ela não é arbitrária, mas exhibe afinidades as quais a mente aprova, quando julga elas belas, o que não é exatamente a mesma coisa como dizer que a síntese é verdadeira ou algo deste tipo geral. O agrimensor desenha um diagrama, o que, se não é exatamente ficção é ao menos uma criação, e por meio de observação desse diagrama, é capaz de sintetizar e mostrar relações entre os elementos, que antes pareciam sem conexões necessárias. As realidades nos obrigam a colocar algumas coisas numa relação muito estreita e outras menos assim, numa maneira altamente complicada e de certa maneira ininteligível. Porém, é o gênio da mente que retoma todos esses vestígios de sentido, torna eles exatos e apresenta eles numa forma inteligível nas intuições do espaço e do tempo. Intuição significa considerar o abstrato numa forma concreta pela hipostatização realista de relações; essa é o único método de um pensamento valioso. [...] O verdadeiro preceito não é de desistir de hipostasiar, mas de fazê-lo de uma maneira inteligente. (PEIRCE, 1931-58, § 1.383)

O conceito de *hipostasiar*, que Peirce evoca nesse excerto sobre as afinidades entre a literatura e a escritura científica, tem sofrido uma tal degeneração de aceitação filosófica que o *Dicionário Houaiss* chega a julgar o ato de hipostasiar como uma falácia. Para ele, tal ação significa, hoje, “considerar falsamente (uma abstração, um conceito, uma ficção) como realidade; transformar uma relação lógica numa substância (no sentido ontológico da palavra)”.

Porém, o conceito do real no qual o julgamento do dicionário contemporâneo se baseia, certamente difere do conceito peirciano do real, que não se restringe à realidade daquilo que existe *hic et nunc*. Peirce distingue três tipos de realidade, sendo que a realidade daquilo que realmente existe pertence apenas a um dos três, que ele chama de realidade da Secundidade. Os outros dois tipos são as realidades da Primeiridade e da Terceiridade, respectivamente (NÖTH, 2016). A realidade da Primeiridade é a realidade do possível e a realidade da Terceiridade é a realidade das leis, dos hábitos e das regras. Esses dois tipos de realidade, apesar de não tratarem de algo que existisse, são reais, pois tanto quanto a existência, o possível e as leis têm uma influência real sobre a nossa vida.

É esta concepção estendida de realidade que leva Peirce a reconhecer a afinidade entre os textos da ficção e os das ciências. Os romancistas, cientistas e filósofos trabalham igualmente com a realidade, mas com realidades diferentes. Em tendência, a realidade da poesia e da ficção é a realidade da primeiridade, a realidade dos cientistas naturais é a realidade da secundidade e a realidade do filósofo é a realidade da terceiridade. Cada uma das três realidades obriga os escritores da sua categoria igualmente a detectar “os vestígios de sentido” no domínio da sua realidade, como Peirce o formula, e torna estes traços em “for-

mas inteligíveis”. O que distingue os poetas dos filósofos é que os primeiros são *homens de sentimento*, enquanto os segundos são *homens de pensamento*, como Peirce os classificou na sua lista “Homens de sentimento, ação e pensamento” em 1884 (PEIRCE, 1993).

2 Análise de discurso no quadro do trívio semiótico

Os fundamentos da abordagem peirciana à análise de discurso são a bem conhecida teoria geral dos signos (SANTAELLA, 1995) e uma teoria semiótica da interpretação muito mais abrangente do que a teoria dos signos, mas ainda menos bem conhecida. Esses dois fundamentos da semiótica geral pertencem a um *trivium* (trívio) semiótico inspirado pela ordem das três artes liberais medievais: gramática, lógica e retórica. Os nomes que Peirce deu aos três ramos dessa nova semiótica, mais ampla do que a teoria dos signos, variam ao longo dos anos em que o filósofo refletiu sobre o assunto. Santaella (2001) adotou a tríade *gramática especulativa*, *lógica crítica* e *retórica especulativa*, enquanto Liszka (1996) optou pela divisão da semiótica geral nos três ramos de *gramática semeiotica*, *lógica crítica* e *retórica universal*. Ainda outras alternativas terminológicas são discutidas por Bergman (2004).

Dois comentários podem ajudar a entender a terminologia peirciana neste contexto. O primeiro diz respeito ao adjetivo “especulativo”, com o qual Peirce especifica a sua lógica e a sua retórica. Em 1904, o autor explica que esse termo, emprestado da “gramática especulativa” de Tomás de Erfurt (KLOESEL, 1981), é um sinónimo de ‘teórico’: “Especulativo’ é meramente a forma latina, que corresponde à palavra grega ‘teórica’. Aqui ‘especulativa’ significa que o estudo tem um caráter *puramente* científico, não prático” (PEIRCE, 1998, p. 328). Em outros escritos, Peirce também usa os adjetivos “pura”, “formal” ou “geral” em vez de “especulativa” (LISZKA, 1996).

O segundo comentário é que Peirce não distingue de uma maneira categórica entre lógica e semiótica. Mais precisamente, ele usa os dois termos às vezes em um sentido estrito e outras vezes em um sentido amplo. O sentido que a palavra “lógica” tem quando se refere ao segundo ramo da tríada gramática – lógica – retórica é o sentido estrito (“logic proper”). Peirce se refere ao termo de forma mais ampla quando ele usa o conceito “lógica” como um sinónimo de “semiótica” — por exemplo, em PEIRCE, 1931-58, § 2.191 de 1902, onde ele diz, que a lógica (no sentido amplo) “é a ciência das leis gerais dos signos” e continua enumerando a gramática especulativa, a crítica e a metodêutica (isto é, a retórica especulativa) como os seus três ramos.

O primeiro ramo do trívio, a gramática especulativa, diz respeito ao estudo das “condições gerais dos símbolos e de outros signos, que têm um caráter significante” (PEIRCE, 1931-1958, §2.93, c. 1902) ou do estudo “dos signos como signos” (PEIRCE, 1931-1958, §1.444, c. 1896). A gramática especulativa é a “teoria geral da natureza e das significações dos signos, sejam eles ícones, índices ou símbolos” (PEIRCE, 1931-1958, §1.191, 1903). A bem conhecida tipologia geral dos signos de Peirce pertence principalmente a este ramo do trívio da análise de discurso. Peirce deu ao Livro 2 dos seus *Elementos de lógica* o título Gramática Especulativa (PEIRCE, 1931-1958, § 2.219-444, 1902). Entre os seus temas encontram-se a classificação dos signos, as estruturas das proposições (ou dicissignos) e a significação e extensão dos termos. Os temas da gramática especulativa são, em princípio, não muito diferentes dos temas da morfologia e sintaxe da gramática linguística, só que não restritos às estruturas de uma língua específica.

O segundo ramo da semiótica geral, a lógica crítica, lógica própria ou lógica no sentido estrito, trata das relações dos signos com os objetos que eles representam. “Ela é a ciência daquilo que é quase necessariamente verdadeiro dos signos para que eles possam ser verdadeiros. Digamos, a lógica própria é a ciência formal das condições da verdade das representações” (PEIRCE, 1931-1958, § 2.229, c. 1897). Peirce estipula que a divisão entre os signos que podem representar verdades e os que não podem é a mesma existente entre os signos dicentes de um lado e os signos remáticos do outro. “Lógica Crítica” é o título do Livro 3 dos seus *Elementos de lógica* de 1902 (PEIRCE, 1931-1958, § 2.445-807). Os temas da lógica crítica conforme esse livro são os diversos tipos do raciocínio.

O terceiro ramo da semiótica geral, a retórica especulativa, ainda não era um ramo desenvolvido da semiótica (ou lógica no sentido amplo), quando Peirce escreveu os seus *Elementos* em 1902. Só em anos posteriores, Peirce se dedicou em detalhe aos elementos retóricos da semiótica. Entre os autores que contribuíram à recuperação ou reconstrução da retórica especulativa peirciana nas últimas décadas são Liszka (1996), Santaella (1999, 2004) e Bergman (2004). O objetivo desse ramo da semiótica geral é “o estudo das condições necessárias da transmissão de significação por signos de mente para mente e de um estado de mente para um outro” (PEIRCE, 1931-1958, §1.444, c. 1896). Com essa definição, Peirce, diferentemente da retórica tradicional, estende a retórica do estudo de discursos ou diálogos entre um enunciador e um enunciatário para a análise de diálogos interiores no pensamento dos indivíduos. Já pensar significa dialogar. A sequência dos nossos pensamen-

tos é um discurso dialógico porque pensar é um processo que “procede sempre na forma de um diálogo – um diálogo entre diferentes fases do ego” (PEIRCE, 1931-1958, § 4.6, 1906).

A retórica especulativa é também uma teoria semiótica da comunicação (SANTAELLA; NÖTH, 2004), visto que ela estuda “as condições formais da força dos símbolos, quer dizer, do seu poder de se dirigir a uma mente” (PEIRCE, 1931-1958, § 8.342, 1908). Em uma extensão ainda mais ousada da retórica tradicional, Peirce postula também uma retórica especulativa das belas artes, uma retórica da persuasão prática e uma retórica das ciências (PEIRCE, 1998). Ao que concerne a última, Peirce tinha a visão de que tal perspectiva “tinha o destino de crescer para uma doutrina colossal, que justificasse a expectativa de conclusões filosóficas importantíssimas” (PEIRCE, 1931-1958, § 3.454, 1896).

O sonho de Peirce de uma tal retórica, que soa como um eco do sonho leibniziano de um *cálculo raciocinador*, estendido por uma teoria da comunicação de verdades, não se realizou por enquanto, como se sabe, mas, desde o início do século XX, sob a influência de Rudolf Carnap e de Charles Morris (1938), o trívio peirciano inspirou a semiótica, a linguística e a filosofia da linguagem a estabelecer um trívio menos ambicioso, geralmente sem reconhecimento das suas raízes peircianas, o trívio da sintaxe, semântica e pragmática. Estes três ramos da linguística contemporânea correspondem claramente, embora com algumas modificações, ao trívio da análise de discurso de Peirce. (NÖTH, 2011).

3 Análise de discurso como interpretação e raciocínio

“Análise de discurso” não é um termo técnico do vocabulário peirciano. Nem por isso, justifica-se a questão dos princípios peircianos da análise de discurso. Em vez de “analisar discursos” Peirce prefere o termo hermenêutico “interpretar”, o que, para ele, significa ‘interpretar signos’. Interpretar signos, por sua vez, significa raciocinar: “Se, por raciocinar [...] queremos dizer ‘qualquer processo pelo qual conhecimento já possuído por uma mente é levado a maior conhecimento’, [...] reconhecemos que qualquer interpretação de um signo é um raciocínio”, escreve Peirce no seu manuscrito, “A razão do raciocínio” de 1910 (PEIRCE, 1963-66, MS 667). O conceito de raciocínio, por sua vez, é estreitamente ligado ao conceito de discurso, lembra Peirce em “Reason rules” de 1902:

Racocínio, conforme os nossos antigos autores Shakespeare, Milton, etc., é chamado de “discurso de raciocínio” ou simplesmente “discurso”. A expressão ainda não é obsoleta no dialeto dos filósofos. Mas “discurso” também significa ‘fala’, especialmente ‘fala monopolizada’. Que essas duas coisas, raciocínio e discurso, sejam chamadas pelo mesmo nome em inglês,

francês, italiano e espanhol, um nome, que no latim clássico significava meramente 'correr por aí', é um dos crescimentos curiosos da fala. PEIRCE, 1963-66, MS 597: 2, cerca de 1902; cf. GORLÉE, 1998)

Três características semióticas da análise de discursos merecem ser salientadas neste ponto: a autogeração das interpretações (SANTAELLA, 1995), a sua iconicidade e a dialogicidade dos discursos.

A primeira característica diz respeito ao analista do discurso, o intérprete. Para Peirce, não é o intérprete que cria uma interpretação, mas sim o discurso que se interpreta (NÖTH, 2014a, b, c), já que é o próprio signo que cria a sua interpretação em um processo, que Peirce descreve assim:

Todo o propósito de um signo é de ser interpretado num outro signo; e toda a sua pretensão reside no caráter especial que ele atribui a essa interpretação. Quando um signo determina uma interpretação de si mesmo num outro signo, ele produz um efeito fora de si mesmo, um efeito físico, mesmo se o signo que produz este efeito seja em si mesmo não um objeto que existe, mas meramente um tipo. Ele produz esse efeito não nesse ou naquele sentido metafísico, mas num sentido incontestável. (PEIRCE, 1931-1958, § 8.191, cerca de 1904)

A segunda característica semiótica do discurso diz respeito ao papel da iconicidade e da indexicalidade no processo da sua interpretação (NÖTH, 2015). Discursos são signos simbólicos, sim, mas no processo da sua interpretação signos icônicos e indexicais são necessários para entender os significados. Meros símbolos não conseguem produzir interpretações. Eles são abstratos demais. "Lembra que, em verdade, raciocinamos só por ícones. Declarações abstratas são sem valor quando raciocinamos exceto na medida em que eles nos ajudam a construir diagramas", diz Peirce (PEIRCE, 1963-66, § 4.127). Símbolos, índices e ícones são os três tipos de signos igualmente "indispensáveis para qualquer raciocínio" (PEIRCE, 1931-1958, § 1.369, cerca de 1885), mas são os diagramas, "os ícones de relações inteligíveis" (PEIRCE, 1931-1958, § 4.531, 1905), que tornam o discurso transparente para o entendimento e garantem a clareza do raciocínio. O papel dos diagramas na análise do discurso é o seguinte:

Raciocinar consiste em observar que lá onde certas relações subsistem, certas outras serão encontradas. Portanto, raciocinar requer a exibição das relações com as quais raciocinamos sejam exibidas em forma de um ícone [...]. Em verdade, todo o raciocínio dedutivo, até um silogismo simples envolve um elemento de observação; isto é, dedução consiste na construção de um ícone ou diagrama das relações cujas partes devem apresentar uma analogia completa com aquelas partes do objeto do raciocínio, de experimentar com esta imagem na imaginação e de observar os resultados para

descobrir as relações desapercibidas e escondidas entre as partes. (PEIRCE, 1931-1958, § 1.363)

A terceira característica semiótica do discurso provém da natureza dialógica do raciocínio e do pensamento em geral. Nesse ponto surge uma diferença fundamental entre as abordagens greimasiana e peirciana à análise do discurso. Enquanto o discurso, na sua estrutura mais profunda ou abstrata, é narrativo ou semio-narrativo para Greimas (GREIMAS; COURTÉS, 1979, p. 209), ele é dialógico para Peirce, o que assemelha a sua teoria à teoria do discurso de Bakhtin (SANTAELLA, 2006; NÖTH, 2006).

Qualquer discurso e qualquer raciocínio é dialógico, mesmo quando há só um único autor. Até o pensamento, que parece um monólogo interior, é uma espécie de conversa, porque “o pensamento sempre procede na forma de um diálogo – um diálogo entre as várias fases do eu – de maneira que sendo dialógico é essencialmente composto de signos” (PEIRCE, 1931-1958, § 4.6, 1898). Em 1909, Peirce caracteriza o pensamento como um diálogo no qual o eu [“self”] busca o consentimento de um eu “mais profundo” (PEIRCE, 1931-1958, § 6.338, 1909).

Nas suas reflexões sobre a natureza semiótica do raciocínio, Peirce introduz uma distinção entre raciocinar e argumentar. Enquanto o raciocínio é um discurso aberto desde o início, porque nele ainda se procura a solução de um problema, o discurso argumentativo é guiado pela estratégia do arguidor de tentar influenciar o destinatário nas suas crenças. Com esta definição do ato de fala de arguir, Peirce antecipa aquilo que Greimas define como a “configuração discursiva da manipulação” (GREIMAS; COURTÉS, 1979, p. 270), sem usar um vocabulário que tem as conotações polêmicas inerentes à palavra manipulação:

Não podemos dizer que o raciocínio seja um argumento dirigido ao próprio eu [*to oneself*]. Pois um argumento é uma comunicação pela qual o arguidor busca a produzir uma crença predeterminada na mente do destinatário. No raciocínio, do outro lado, buscamos a verdade, seja ela qual for, sem saber de antemão que é a verdade. Duas pessoas em conversação podem cooperar nessa tarefa. É uma operação na qual argumentos que *podiam ser* apresentados, de um lado e do outro, são procurados percorrendo os fatos que têm a aparência de ser pertinentes e juntando eles em várias maneiras. Os argumentos possíveis, uma vez sugeridos, são sujeitos à crítica. Cada um é julgado como muito forte, moderadamente forte, fraco ou inteiramente inútil. Em seguir, uma opinião é escolhida e adotada com um certo grau de confiança confidente. (PEIRCE, 1963-66, MS 597: 2-3, cerca de 1902)

4 O discurso como argumento

Para Peirce, discursos são signos. Esta conclusão pode ser deduzida da amplitude extraordinária desse conceito-chave do filósofo. A definição peirciana do signo não se restringe a palavras, proposições, argumentos, sinais ou sintomas. “Poemas, ensaios, contos, romances, orações, peças de teatro, óperas, artigos de jornais, relatórios científicos e provas matemáticas” são signos para Peirce, conclui Max Fisch (1986, p. 357) e acrescenta, “portanto, um signo pode ser uma constituinte de um signo mais complexo e todas as constituintes de um signo complexo são signos” (ibid.). Peirce estende o conceito do signo para livros inteiros. Como o símbolo é o protótipo do signo verbal, o termo *símbolo* aparece ao lado do termo signo, quando Peirce fala de discursos. “Todas as palavras, livros e outros signos convencionais são símbolos” (PEIRCE, 1931-1958, § 2.292, 1902). “Qualquer livro é um símbolo”, escreve Peirce (1931-1958, § 4.447, c. 1903) e em uma das versões do seu MS 318 de 1907, ele acrescenta ainda “bibliotecas, literatura, língua ou qualquer outra coisa composta de palavras” como exemplos de signos (SANTAELLA, 2001, p. 278). Até o homem como tal é um signo, pois “o fato de que toda ideia é um signo junto ao fato de que a vida é uma série de ideias prova que o homem é um signo” (PEIRCE, 1931-1958, § 5.314, 1868). Ao mesmo tempo, o universo inteiro é um signo, um “grande símbolo do propósito de Deus, elaborando as suas conclusões em realidades vivas” (PEIRCE, 1931-1958, § 5.119, 1903).

Se discursos são signos, coloca-se a questão de que tipo de signo eles podem ser. Götz Wienold (2015), depois de consultar a tipologia dos signos de Peirce, concluiu que textos ou discursos só podem ser signos do tipo de argumento, visto que essa é a classe mais alta das dez classes principais de signo de Peirce (SANTAELLA, 1995). O argumento é uma das três subclasses do signo, considerado em relação ao seu interpretante, ao lado do rema, do qual um exemplo típico é uma palavra e do dicente, ao qual pertencem as proposições. Evidentemente, discursos não são tipicamente meros remas ou dicentes, e se a classificação triádica dos interpretantes do signo – rema, dicente e argumento – é completa, um discurso só pode ser um argumento.

Mas em que sentido é que discursos são argumentos? Um discurso não pode ser um argumento no sentido de um discurso argumentativo (ou até manipulativo) discutido acima, já que Peirce opõe o argumento ao raciocínio e estipula que todos os discursos são raciocínios, mas não necessariamente argumentos. Portanto, classificar os discursos como argu-

mentos não pode significar que eles pertencem àquela classe de discursos que Greimas chama de discurso manipulativo. O argumento como a última das dez classes de signos, na definição de Peirce, é um conceito muito mais amplo do que o conceito do argumento, que se opõe ao conceito de raciocínio.

O sentido muito mais abrangente de argumento como uma classe de signos fica claro na cerca de uma dúzia de definições que Peirce dá ao conceito entre 1899 e 1911, compiladas por Bergman e Paavola (2014). Já na primeira delas, o argumento tem uma definição muito mais abrangente do que aquela que as introduções à semiótica de Peirce dão, quando exemplificam o argumento com um silogismo. Na sua definição de 1899, o argumento é algo que “professa nos esclarecer sobre as conexões racionais de fatos ou possíveis fatos” (PEIRCE, 1963-66, MS 142: 6). Nas definições entre 1902 até 1905, ainda predomina a perspectiva da lógica especulativa, quando as definições estipulam que o argumento é um signo que “determina um interpretante específico logicamente” (PEIRCE, 1963-66, MS 939: 48-49, 1904).

A partir de 1906, porém, Peirce adota a perspectiva da retórica especulativa, nas quais as definições focalizam no efeito de um argumento sobre o intérprete do signo. A mais sucinta desta série de definições do argumento é a que Peirce dá no seu “Argumento negligenciado da realidade de Deus” de 1908 (PEIRCE, 1931-58, § 6.456). Neste ensaio, Peirce simplesmente diz que “um ‘argumento’ é qualquer processo de pensamento, que tende a produzir racionalmente uma crença concreta”.

Dois anos antes, nos “Prolegómenos para uma apologia do pragmatismo”, Peirce cogitou substituir o conceito de argumento pela palavra emprestada do grego, *deloma*. Neste contexto filosófico, a definição do termo já é bem mais complexa, mas ela focaliza igualmente no efeito do argumento no intérprete. A formulação de 1906 diz que o *deloma* é um “signo que tem a forma de tender a agir sobre o intérprete, através do próprio autocontrole dele, e que representa um processo de mudança em pensamentos ou signos, como para induzir essa mudança no intérprete” (PEIRCE, 1931-58, § 4.538).

Peirce restringe a sua explicação da palavra neoclássica *deloma* à observação de que a pronúncia dessa palavra em inglês seria ‘deeloam’ e que ela vem do grego δῆλωμα (PEIRCE, 1931-58, § 4.538). Parece que nenhum dos comentadores da obra semiótica de Peirce revelou até hoje o significado detrás deste termo. Conforme o dicionário do grego clássico de Liddell e Scott de 1901, que Peirce mesmo deve ter usado quando criou o termo, a palavra significa ‘um meio de fazer conhecer’ (LIDDELL; SCOTT, 1901, p. 338). Com essa escolha terminológica, Peirce conecta o conceito de argumento com a sua teoria da informação

(NÖTH; GURICK, 2011), conforme a qual signos são informativos quando trazem um conhecimento novo. Um discurso é, portanto, também texto, que devia ser informativo.

Referências

- BERGMAN, Mats. **Fields of signification**: explorations in Charles S. Peirce's theory of signs. Vantaa: Dark Oy, 2004.
- BERGMAN, M.; PAAVOLA, S. (Comp.). Argument. In: BERGMAN, M.; PAAVOLA, S. (Comp.). **The Commens Dictionary**: Peirce's terms in his own words. Helsinki: Commens, 2014. Disponível em: <<http://www.commens.org/dictionary/term/argument>>. Acesso em: 17 set. 2016.
- BRENT, Joseph. **Charles Sanders Peirce**. Bloomington: Indiana University Press, 1993.
- ECO, Umberto; SEBEOK, Thomas A. (Org.). **O signo de três**: Dupin, Holmes, Peirce. São Paulo: Perspectiva, 1983.
- FISCH, Max. **Peirce, Semeiotic, and Pragmatism**. Bloomington: Indiana University, 1986.
- GORLÉE, Dinda. Hacia una semiótica textual peirciana (II). **Signa**: revista de la Asociación Española de Semiótica, Madrid, v. 7, p. 185-201, 1998.
- GREIMAS, Algirdas Julien; COURTÉS, Joseph. **Sémiotique**: dictionnaire raisonné de la théorie du langage. Paris: Hachette, 1979. Trad. Port. DIAS LIMA, A. et al. **Dicionário de semiótica**. São Paulo: Cultrix, 1979.
- HOUAISS, Antônio. **Dicionário eletrônico da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- KLOESEL, C. J.W. Speculative grammar: from Duns Scotus to Charles Peirce. In: KETNER, K. L. et al. (Orgs.). C. S. PEIRCE BICENTENNIAL INTERNATIONAL CONGRESS. **Proceedings...**, Lubbock: Texas Tech, 1981, p. 127-133.
- LIDDELL, Henry George; SCOTT Robert. **A Greek English lexicon**. 8. ed. New York: American Book Company, 1901.
- LISZKA, James Jakób. **A general introduction to the semeiotic of Charles Sanders Peirce**. Bloomington: Indiana University Press, 1996.
- MORRIS, Charles W. **Fundamentos da teoria dos signos**. São Paulo: Eldorado Tijuca, 1976.
- NÖTH, Winfried. Semiotic foundations of pragmatics. In: BUBLITZ, W.; NORRICK, N. R. (Org.). **Foundations of Pragmatics**. Berlin: Gruyter Mouton, 2011. p. 167-202.

- NÖTH, Winfried. Mikhail M. Bakhtin: a synechist? In: PETRILLI, S. (org.). **Comunicazione, interpretazione, traduzione**. Milano: Mimesis, 2006. p. 207-217.
- NÖTH, Winfried. Peirce's guess at the Sphinx's riddle: the symbol as the mind's eyebeam. In: THELLEFSEN, T.; SØRENSEN, B. (Org.) **Charles S. Peirce in his own words: 100 years of semiotics, communication and cognition**. Berlin: Mouton de Gruyter, 2014a. p. 194-200.
- NÖTH, Winfried. The growth of signs. **Σημειωτική: Sign Systems Studies**, Tartu, v. 42, n. 2/3, p. 172-192, 2014b.
- NÖTH, Winfried. The life of symbols and other legisigns: more than a mere metaphor? In: ROMANINI, V.; FERNÁNDEZ, E. (Org.). **Peirce and biosemiotics: a guess at the riddle of life**. Heidelberg: Springer, 2014c. p. 171-182.
- NÖTH, Winfried. Three paradigms of iconicity research in language and literature. In: HIRAGA, Masako K. et al. (Org.). **East meets west: iconicity in language and literature**. Amsterdam: Benjamins, 2015. p. 13-43.
- NÖTH, Winfried. Reconstruções semióticas da realidade: reflexões sobre a realidade puramente objetiva de John Deely. **TECCOGS: Revista digital de tecnologias cognitivas**, São Paulo, v. 8, 2016.
- NÖTH, Winfried; GURICK, Amaral. A teoria da informação de Charles S. Peirce. **TECCOGS: Revista digital de tecnologias cognitivas**, São Paulo, v. 4, p. 1-29, 2011.
- NÖTH, Winfried; LINDE, Gesche. A note on Peirce's quotations of Persius's half-line hoc loquor inde est. **Transactions of the Charles S. Peirce Society**, Bloomington, v. 50, n. 2, p. 281-85, 2014.
- PEIRCE, Charles S. Prolegomena for an apology to pragmatism. **The Monist**, Chicago, v. 16, p. 492-546, 1906.
- PEIRCE, Charles S. Guessing. **Hound and horn**, Cambridge, MA, v. 2, n. 3, abr./jun., 1929.
- PEIRCE, Charles S. **Collected papers of Charles Sanders Peirce**. HARTSHORNE, C.; WEISS, P.; BURKS, A. (Org.). Cambridge, MA: Harvard University Press, 1931-58. 8 v. Obra citada como CP seguido pelo número do volume e número do parágrafo.
- PEIRCE, Charles S. **Charles S. Peirce papers**. Cambridge: The Houghton Library of University Microproduction, 1963-66. 30 rolos, edição microfilme. Obra citada como MS (manuscrito) e L (cartas), com numeração de acordo com o catálogo de Robin, comp. 1967.
- PEIRCE, Charles S. **Writings of Charles S. Peirce, vol 5: 1884-1886**. Bloomington: Indiana University Press, 1993. [Obras citadas como W5 e W8.]
- PEIRCE, Charles S. **Writings of Charles S. Peirce, vol. 8: 1890-1892**. Bloomington: Indiana University, 2010.

PEIRCE, Charles S. **The essential Peirce, vol. 2 (1893-1913)**. THE PEIRCE Edition Project (Org.). Bloomington: Indiana University Press, 1998.

ROBIN, Richard S. (Comp.). **Annotated catalogue of the papers of Charles S. Peirce**. Amherst: University of Massachusetts, 1967.

SANTAELLA, Lucia. Dialogism: M. M. Bakhtin and Ch. S. Peirce. **Semiotische Berichte**, Wien, v. 10, n. 1-2, p. 129-140, 1986.

SANTAELLA, Lucia. **A teoria geral dos signos: semiose e autogeração**. São Paulo: Ática, 1995.

SANTAELLA, Lucia. Methodeutics, the liveliest branch of semiotics. **Semiótica**, Berlin, v. 124, p. 377-395, 1999.

SANTAELLA, Lucia. **Matrizes da linguagem e pensamento**. São Paulo: Iluminuras, 2001.

SANTAELLA, Lucia. **O método anticartesiano de C. S. Peirce**. São Paulo: Unesp, 2004.

SANTAELLA, Lucia; NÖTH, Winfried. **Comunicação e semiótica**. São Paulo: Hacker, 2004.

WIENOLD, Götz. **Stille und Bewegung**. Löhne: Cass, 2015.

Discourse analysis with Peirce: interpretation, reasoning, and discourse as argument

Abstract

The paper presents Peirce as a reader and critic of world literature, gives an outline of the main elements and principles of discourse analysis based on the Peircean trivium of speculative grammar, critical logic and speculative rhetoric and focuses on discourse analysis as interpretation, reasoning, as well as on the text as an argument.

Keywords

Discourse analysis. Peirce. Speculative grammar. Critical logic. Speculative rhetoric. Interpretation.

Recebido em 27/09/2016

Aceito em 01/10/2016